



Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Tais informações foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

Balancos Patrimoniais							
em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	Controladora		Passivo	Nota		
		2010	2009			2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	8	33	-	Fornecedores e outras contas a pagar	14	3	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	1.896	-	Provisões e encargos trabalhistas		22	-
				Obrigações fiscais	18	24	-
Total do Ativo Circulante		1.929	-	Total do Passivo Circulante		49	-
				Partes relacionadas	19	98	-
				Total do Passivo Não Circulante		98	-
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social		3.013	-
				Prejuízos acumulados		(1.231)	-
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.782	-
				Participação de acionistas não controladores		-	-
				Total do Patrimônio Líquido		1.782	-
				Total do Passivo		147	-
Total do Ativo		1.929	-	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.929	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	Controladora	
		2010	2009
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	24	(1.109)	-
		(1.109)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(1.109)	-
Despesas financeiras		(122)	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	25	(122)	-
Resultado antes dos impostos		(1.231)	-
Resultado do exercício/periodo antes da participação dos acionistas não controladores		(1.231)	-
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores		(1.231)	-
Acionistas não controladores		-	-
Resultado do exercício/periodo		(1.231)	-
Resultado do exercício pela quantidade de ações ordinárias do dia 31 de dezembro		(0,41)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Método Indireto em 31 de dezembro de 2010 e 2009			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	Controladora	
		2010	2009
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Resultado do exercício/periodo		(1.231)	-
Ajustes para:			
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis		(1.896)	-
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar		3	-
Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas		22	-
Aumento em obrigações fiscais		24	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		(3.078)	-
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento			
Aporte de capital de acionistas		3.013	-
Partes relacionadas - Ingressos ativos e passivos		98	-
Caixa proveniente de atividades de financiamento		3.111	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		33	-
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		33	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					
	Social	a integralizar	Capital Subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido consolidado
Aumento de capital conforme AGE de 15 de dezembro de 2009	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1	(1)	-	-	-
Integralização de capital	-	1	1	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 30 de dezembro de 2010	3.012	-	3.012	-	3.012
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(1.231)	(1.231)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.013	-	3.013	(1.231)	1.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 19 de maio de 2008, sob a denominação Lusote Participações Ltda., sendo que em 15 de dezembro de 2009, por meio de Assembléia Geral de Transformação do tipo jurídico, foi aprovada a transformação da sociedade limitada em sociedade por ações de capital fechado, bem como alteração da denominação social para Galvão Óleo & Gás Participações S.A.

A Galvão Óleo & Gás Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto participar em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista, ou quotista, bem como exercer funções de gestão e administração nas sociedades em que participar, desenvolvendo portfólio de negócios de prestação de serviços para a indústria de óleo e gás na exploração, produção e logística.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)
As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Essas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas conforme as normas do CPC nas quais o CPC 37 foi aplicado.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Galvão Óleo & Gás Participações S.A. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras com a finalidade da transição para as normas CPC.

(a) Instrumentos financeiros
i) Ativos e passivos financeiros não derivativos
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e os seus passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do

instrumento. A Galvão Óleo & Gás Participações S.A. baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas do grupo detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:
- Contas a receber;
- Fornecedores

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber e fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2010 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço.

ii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

iii) Capital social
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(b) Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros (incluindo recebíveis)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Para avaliar a perda de valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(c) Benefícios a empregados
i) Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

ii) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação

legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(d) Despesas financeiras
As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

J) Caixa e equivalentes de caixa
Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

ii) Ativos e passivos não derivativos
O valor justo de ativos e passivos não derivativos, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de 10,92%, apurados na data de apresentação que se equiparam ao valor contábil.

5 Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números:

Total do Passivo e participação de não controladores	2010
(-) Caixa e equivalentes de caixa	147
(=) Passivo líquido (A)	33
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	114
Passivo líquido sobre capital ajustado A)/(B) em 31/Dez	1.782
	0,06

6 Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com contrapartes ou no valor presente líquido de seus fluxos de caixa futuros. Os outros valores de instrumentos financeiros estão contabilizados pelo método do custo amortizado. A seguir apresentamos a abertura dessa classificação para os instrumentos financeiros:

2010	
Ativos mensurados pelo valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	33
Ativos mensurados pelo custo amortizado	
Contas a receber e outros recebíveis	1.896
Passivos mensurados pelo custo amortizado	
Partes relacionadas	98

7 Partes relacionadas

(a) Remuneração de pessoal-chave da administração
Em 2010 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção da Companhia, totalizou R\$ 632, registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A Empresa não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

(b) Benefícios a empregados
A Galvão Óleo & Gás Participações S.A., fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Bradesco Previdência Privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, e o fornecimento de vale refeição e transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

(c) Outras transações com partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico em condições de mercado.

Composição do Conselho de Administração	
Mário de Queiroz Galvão Presidente	Dario de Queiroz Galvão Filho Luiz Augusto Distrutti

Composição da Diretoria	
Luiz Augusto Distrutti – Diretor Presidente	Leonel de Queiroz Vianna Neto – Diretor

Carolina Conte CRC/ SP-27817/0-7

Não circulante

Galvão Engenharia S.A. - mútuo (a)
(a) Concessão de mútuo realizado pelas controlada Galvão Engenharia S.A. para a Companhia.

8 Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social da Controladora é de R\$ 3.013 subscrito e integralizado. Está representado por 3.013.186 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

Galvão Participações S.A.	2010
Pessoas Físicas	3.013.183
	3
	3.013.186

9 Explicação de transição para as normas do CPC

Como relatado na nota explicativa 3(a), estas são as primeiras demonstrações financeiras da Empresa preparadas de acordo com as normas do CPC.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura de acordo com o CPC, a Companhia não ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotadas, pois não havia movimentação para o cálculo de ajustes.

(a) Normas CPC adotadas no exercício de 2010
CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
Esse pronunciamento define critério para a seleção e mudanças de políticas e estimativas contábeis, bem como o tratamento contábil, a divulgação de mudanças e estimativas contábeis, o tratamento de retificação de erros, assim como estes devem ser reconhecidos de forma consistente nas demonstrações financeiras e divulgados quando ocorrerem mudanças nas estimativas ou identificação de erros.

CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis
Este pronunciamento requer que sejam apresentados os componentes do resultado abrangente em uma demonstração separada da demonstração do resultado, apresentando também os efeitos fiscais de cada componente deste resultado abrangente. Adicionalmente quando as entidades representarem ou reclassificarem as informações comparativas, elas terão que reapresentar um balanço patrimonial para o início do período comparativo, além da exigência atual de apresentar balanços patrimoniais no final do período corrente e do período comparativo.

CPC 33 Benefícios a Empregados
Este pronunciamento dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A adoção deste pronunciamento não gerou impactos nos resultados da Empresa.

CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação
Estes pronunciamentos discorrem sobre como classificar, reconhecer inicialmente e mensuração subsequente de instrumentos financeiros, bem como identificar e contabilizar instrumentos derivativos e derivativos embutidos em contratos e também sobre a apresentação destes, segundo sua essência, no balanço patrimonial. Adicionalmente, o CPC 38 trata sobre a contabilização e requerimentos para instrumentos de hedge ("hedge accounting"). O CPC 40 trata sobre as divulgações requeridas com relação aos instrumentos financeiros, como análises de sensibilidade e apresentação dos riscos de crédito, liquidez e de outros ativos relevantes para a Empresa.

Embora as classificações dos instrumentos financeiros já fossem requeridas pelo CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, que foi revogada com a emissão dos acima referidos pronunciamentos, e esta classificação e apresentação já tivesse sido adotada pela Empresa, os instrumentos financeiros compostos foram segregados conforme requer o CPC 39 bem como as divulgações foram estendidas, e estão apresentadas à Nota 9, em atendimento a estes Pronunciamentos.

CPC 43 (R1) Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41
O CPC 43 discorre sobre as diferenças existentes entre os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, bem como reafirma que a adoção inicial dos CPCs emitidos em 2008, o CPC 13 Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória no 449/08 permanece válida e deve ser utilizada para a adoção e reconhecimento destes CPCs emitidos em 2008.

10 Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras, foram aprovadas pela Administração em 11 de abril de 2011.